



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 124/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1375/2014 (03 volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** SPA – Eliameme Rodrigues Mady – Zona Norte.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sra. Júlia Fernanda Miranda Marques, Diretora do SPA.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM – Informação Conclusiva nº 27/2014 (fls. 467/470).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3535/2014-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 471/473v).
- 8- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas. SPA – Eliameme Rodrigues Mady – Zona Norte, exercício 2013.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Autorização de inscrição na Dívida Ativa. Recomendação à Origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar irregulares as Contas do SPA Eliameme Rodrigues Mady, exercício de 2013, sob a responsabilidade da Sra. Júlia Fernanda Miranda Marques, Diretora e Ordenadora de despesas, nos termos do art. 22, III, alínea “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE;

9.2- Multar a Sr. Júlia Fernanda Miranda Marques, Diretora e Ordenadora de despesas do SPA Eliameme Rodrigues Mady no valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes no item 2 do Relatório/voto;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que a Sra. Júlia Fernanda Miranda Marques, Diretora e Ordenadora de despesas do SPA Eliameme Rodrigues Mady, recolha o valor da multa que lhe foi aplicada aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 124/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Autorizar, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE;

9.5- Recomendar à Origem que:

9.5.1- Nos exercícios vindouros seja adotado um melhor planejamento de suas ações, para que fatos como estes não voltem a acontecer, evitando a fragmentação de despesas;

9.5.2- Observe com maior rigor os ditames da Lei nº 8.666/93, principalmente no que diz respeito ao artigo 24 e seus incisos;

9.5.3- Atue na prevenção e identificação de fraude e erros, tomando providências no sentido de comunicar a Controladoria Geral do Estado (CGE) para que esta emita o Parecer do Controle Interno do SPA Eliameme Rodrigues Mady.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de março de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Sr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral